



CABO DELGADO: UMA GUERRA ENTRE CONFLITOS

A guerra em Cabo Delgado não é uma guerra civil, que oponha religiões ou grupos étnicos; não é uma guerra de insurreição, de rebelião armada contra o poder; não eclodiu devido a descobertas de gás, nem resulta do tráfico de drogas. É uma guerra de agressão, principalmente contra a população, e assente em preceitos religiosos sectários e violentos.

Mais de sete anos volvidos desde o início da guerra em Cabo Delgado, persistem narrativas divergentes sobre as suas causas, desde (i) descoberta de reservas de gás natural, (ii) tráfico de heroína e metanfetaminas ou (iii) interesses de países terceiros. Todas as narrativas incluem (iv) falta de infraestruturas e serviços públicos, inexistência de oportunidades de emprego para uma população jovem e em crescimento, ressentimentos populares contra autoridades por apropriação de terras, abusos de poder, ou expulsão de garimpeiros da região de Montepuez.

A hipótese deste artigo é a seguinte: em Cabo Delgado existe uma guerra de agressão, influenciada mas não subsumida a conflitos existentes. A guerra, feita por um grupo de combatentes moçambicanos e de outras nacionalidades, em nome de valores alegadamente corânicos, foi “apropriada” pelo Estado Islâmico (Daesh/ISIS).

Dos primórdios da violência à guerra de agressão

Desde a primeira década deste século, crentes moçambicanos, radicalizados no Médio Oriente e nalguns países africanos fixaram-se no noroeste de Cabo Delgado e começaram a pregar versões extremistas do Islão. Hostilizados pela população muçulmana, estes extremistas agruparam-se na região nordeste, em Mocímboa da Praia, onde, acompanhados por seguidores do mesmo rito no sul da Tanzânia, iniciaram ações violentas de pequena escala contra a população a partir de 2017. Auto-denominados Ansar al Sunna (“Seguidores da Tradição”), mais conhecidos entre a população como “mashababos” (plural livre de Al-Shabaab, jovens em árabe, sem ligação ao Al-Shabaab da Somália, ligado à Al Qaeda), foram originalmente financiados por doações ou tributos de comerciantes locais e pela venda de madeira, carvão e lenha na Tanzânia.

A capacidade militar do grupo aumentou fortemente desde meados de 2019, com a chegada de combatentes do nordeste da República Democrática do Congo (RDC) – em resultado de um bem sucedido ataque militar à base central da *Alliance des Forces Démocratiques* (AFD), após esta ter declarado fidelidade ao Daesh/ISIS. Rapidamente a violência escalou numa guerra de agressão, com a capital do distrito de Mocímboa da Praia a ser ocupada em agosto de 2020 e com ataques a alastrarem a outros distritos. Em 24 de março de 2021, a vila de Palma, na fronteira com a Tanzânia foi atacada, levando ao êxodo de expatriados que aí viviam e trabalhavam para a TOTAL – o que paralisou o projeto de gás em Afungi. A estimativa do número de combatentes varia – no auge da sua ação, meados de 2021, ultrapassariam o milhar. Atualmente não deverão ultrapassar algumas centenas – as autoridades moçambicanas afirmam ser algumas dezenas, mas não fornecem números. Este tipo de informação é pouco fiável, mas a adesão de membros dependerá da evolução militar no terreno e do aumento ou diminuição de apoios externos (e internos).

O Ansar al Sunna professa uma ideologia baseada na leitura literal e a-histórica do Corão e das Hadith, impondo regras de comportamento social aos muçulmanos

e aos “infiéis”, estes últimos obrigados a seguir comportamentos públicos “aceitáveis” sob pena de punições violentas, incluindo a escravatura ou a morte (habitual em casos de apostasia).

Como referido, o grupo está ligado a extremistas salafitas na Tanzânia. Estes últimos seguem as prédicas de Aboud Rogo Muhammad, um clérigo salafita morto pelo exército queniano em 2012, com parte dos seus seguidores a fugir para a Tanzânia, tendo ocupado brevemente Tanga, cidade portuária no norte do país, de onde foram expulsos pelo exército tanzaniano, criando células “adormeci-

TABELA 1. CREDO RELIGIOSO DECLARADO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: os dados são extrapolações do Censo Demográfico de 2017 e as comparações (aumento/diminuição) são feitas relativamente ao Censo anterior (2007).

Cristãos, dos quais	59,8%
Católicos	27,2% (em decréscimo)
Evangélicos	15,3% (em forte crescimento)
Ziones	15,6% (percentagem estável)
Anglicanos	1,7% (em decréscimo)
Muçulmanos *	18,9% (em crescendo)
Sem religião	13,9%
Outra/não declarada	7,3%

*As Associações Islâmicas defendem que a percentagem de muçulmanos deverá rondar os 30%, argumentando que muitos terão optado por não o declarar.

TABELA 2. CONCESSÕES DE GÁS; ÁREAS 1 E 4: 12 COMPANHIAS, 10 PAÍSES DE BANDEIRA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: Das 12 companhias, 8 são propriedade estatal, 3 privadas e 1 (Eni), maioritariamente privada, mas controlada pelo Estado. A ADNOC comprou a participação da Galp em 2024.

Companhia	Tipo de propriedade	Bandeira
TotalEnergies	privada	França
ONGC, Oil and Natural Gas Corporation	pública	Índia
BPCL, Bharat Petroleum Corporation Limited	pública	Índia
BREM, Beas Rovuma Energy Company (BPCL + ONGC)	pública	Índia
PTTEP, PTT Exploration and Production	pública	Tailândia
Exxon Mobil	privada	EUA
Eni	70% privada + 30% pública (golden share)	Itália
CNPC, China National Petroleum Corporation	pública	China
KOGAS, Korea Gas Corporation	pública	Coreia do Sul
ADNOC, Abu Dhabi National Oil Company	pública	Abu Dhabi
Mitsui & Company	propriedade privada	Japão
ENH, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos	pública	Moçambique

das” no Sul, recrutando mais seguidores e levando a cabo ataques aleatórios na região de Mtwara, perto da fronteira nordeste de Moçambique. Os laços estabelecidos com os salafitas moçambicanos explicam porque operam em conjunto desde 2017.

No final de 2019, o Ansar al Sunna declarou obediência ao Daesh/ISIS, pouco depois da criação da Província Central do Estado Islâmico no Nordeste da RDC (asente na mencionada AFD). Desde 2023, o Ansar al Sunna é visto como o “Estado Islâmico em Moçambique” (EIM).

O governo moçambicano, sem capacidade militar de resposta, pediu ajuda ao Ruanda em abril de 2021. Logo após a chegada dos primeiros contingentes militares ruandeses, Mocímboa da Praia foi retomada em agosto desse ano, foi restabelecida a segurança em torno da vila de Palma e da região de Afungi e atacadas e destruídas algumas das bases dos “mashababos”.

A Organização para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) também decidiu enviar uma Missão militar (SAMIM), com os primeiros contingentes a chegar no fim de agosto; esta Missão foi menos eficaz do que a do Ruanda e terminou em 2024. Atualmente, para além de cerca de 4.000 militares ruandeses, apenas a Tanzânia mantém cerca de 700 militares, a operar junto à fronteira entre os dois países.

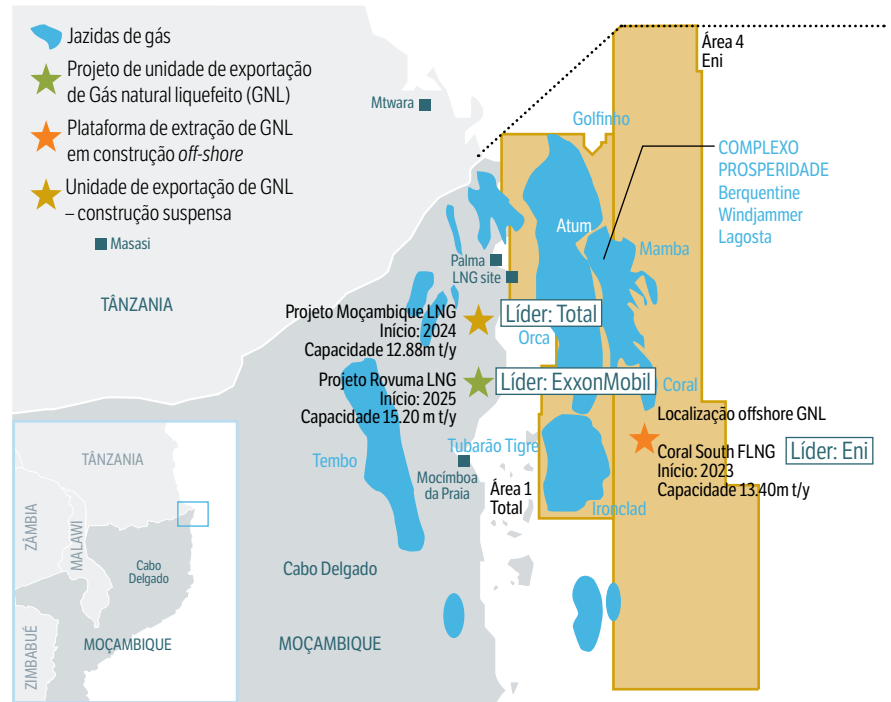
A partir de novembro de 2021, a União Europeia lançou uma missão militar em Moçambique (EUTM), para prestar apoio logístico e formar forças de reação rápida – comandos e fuzileiros. Em setembro de 2024, a missão passou a uma fase de aconselhamento e treino (EUMAM).

Com o apoio regional e da UE, a situação alterou-se. A chegada de mais reforços ruandeses e a entrada em ação das primeiras forças de reação rápida, obrigaram os mashababos a operar em grupos mais pequenos, que passaram a efetuar pilhagens e terrorismo em menor escala, mas num perímetro maior para dificultar respostas militares.

À entrada de 2025, porventura como resultado do agravamento da crise social, económica e política do país no período pós-eleitoral, nota-se um recrudescimento da ação do EIM, sendo cedo para avaliar se tal corresponde a um aumento da sua eficácia ou a uma diminuição das capacidades de resposta militar.

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO E COMPANHIAS LÍDERES DE PROJETOS NAS ÁREAS 1 E 4

Fonte: Riviera News, 28.11.2019. <https://www.rivieramm.com/news-content-hub/news-content-hub/afdb-gives-green-light-for-totals-mozambique-lng-project-56967>



A população de Cabo Delgado

Cabo Delgado representa pouco mais de 10% de Moçambique. A província faz fronteira com a Tanzânia, tem florestas densas no interior e poucas estradas – o que dificulta um controlo efetivo. Extrapolando dados do Censo Populacional de 2017, Cabo Delgado terá, no início de 2025, cerca de 2.500.000 habitantes – menos de 8% dos 34.000.000 de residentes no país. Na Província, mais de 70% declararam o macua como língua materna, mormente nos distritos do Centro-Sul e de Palma, cerca de 6% a 7% o muâni ou o suaíli, principalmente em Mocímboa da Praia, mas também em Palma, Macomia, Quissanga e ilhas, e menos de 4% o maconde, sobretudo nos distritos de Mueda, Muidumbe e Nangade. A Província é, pois, maioritariamente povoada por macuas.

Isto significa que os muçulmanos, incluindo a esmagadora maioria dos mais de 800.000 deslocados das zonas de guerra do nordeste, que hoje se encontra bastante despovoado, são as principais vítimas dos agressores – que proclamam praticantes do verdadeiro Islão.

As crenças declaradas no censo indicam que 60% são muçulmanos (percentagem maior nas zonas de guerra) e 40% cristãos, maioritariamente católicos – no país, a situação inverte-se: cerca de 60% da população professará o cristianismo e menos de 20% o islamismo (Tabela 1).

Serão o gás natural ou as drogas as causas da guerra?

Alguns analistas referem que o conflito seria resultado da descoberta de gás natural, inferindo que Moçambique seria um caso de “maldição dos recursos”. Tal não condiz com os factos. É verdade que as descobertas de gás foram anunciadas na segunda década deste século, mas as primeiras concessões são anteriores ao início do conflito – e não tem qualquer lógica que empresas proprietárias de concessões promovam a violência. O tipo e diversidade nacional das companhias que ganharam as primeiras concessões ajuda a compreender o absurdo desta hipótese (Tabela 2 e Figura 1).

Na área 1, as concessões foram atribuídas a: TOTALEnergies (26,5%), Mitsui & Company (20%), ONGC (10%), ENH (15%), BCPL (10%), BREM (10%), PTTEP (8,5%). É nesta área que se situa, na zona de Afungi, o projeto Mozambique LNG, liderado pela TOTALEnergies, com capacidade inicial de liquefação de 13MT/ano (milhões de toneladas por ano) e possível expansão para 43MT/ano. A TOTAL declarou em 2019 a sua Final Investment Decision (FID), envolvendo vinte mil milhões de dólares, mas interrompeu o projeto em 2021, por *force majeure*, após o ataque terrorista a Palma. Na área 4, 70% dos direitos de extração e exploração foram concessionados ao Consórcio Mozambique Rovuma Ventures, formado pela ExxonMobil, Eni e CNPC. Os

restantes 30% foram concessionados à ADNOC, Kogas e ENH (10% cada). Nesta área, a ExxonMobil lidera o projeto Rovuma LNG, com capacidade de produção estimada de 18MT/ano – com possibilidade de aumento para níveis não especificados. A ExxonMobil já anunciou investimentos na ordem dos trinta mil milhões de dólares, mas não assumiu ainda a FID. Ainda na área 4, a Eni lidera o projeto Coral South Floating LNG, já a produzir 3,5MT/ano. A Eni propôs um segundo projeto (Coral North) com a mesma capacidade anual, estando à espera de decisão do governo. Há também quem atribua um papel importante ao tráfico de drogas, que tem vindo a aumentar desde meados da década de 1990. É verdade que o tráfico tem contribuído para o enriquecimento ilícito de comerciantes locais e de funcionários do Estado, mas não há provas que esteja a servir para o financiamento dos mashababos.

Controladas por máfias paquistanesas, as rotas de heroína e metanfetaminas começam no Afeganistão e a droga sai por barco a partir do Baluchistão (Paquistão), sendo depois descarregada em portos ao longo da costa do Índico (Figura 2) Os principais mercados consumidores estão na Europa, na África do Sul e, agora também na Austrália e na Nova Zelândia, de acordo com informações fornecidas pelas respetivas autoridades nacionais, pela Interpol e por observatórios que controlam o crime organizado, como o GI-TOC. Parte da droga é minoritariamente vendida nos países por onde circula.

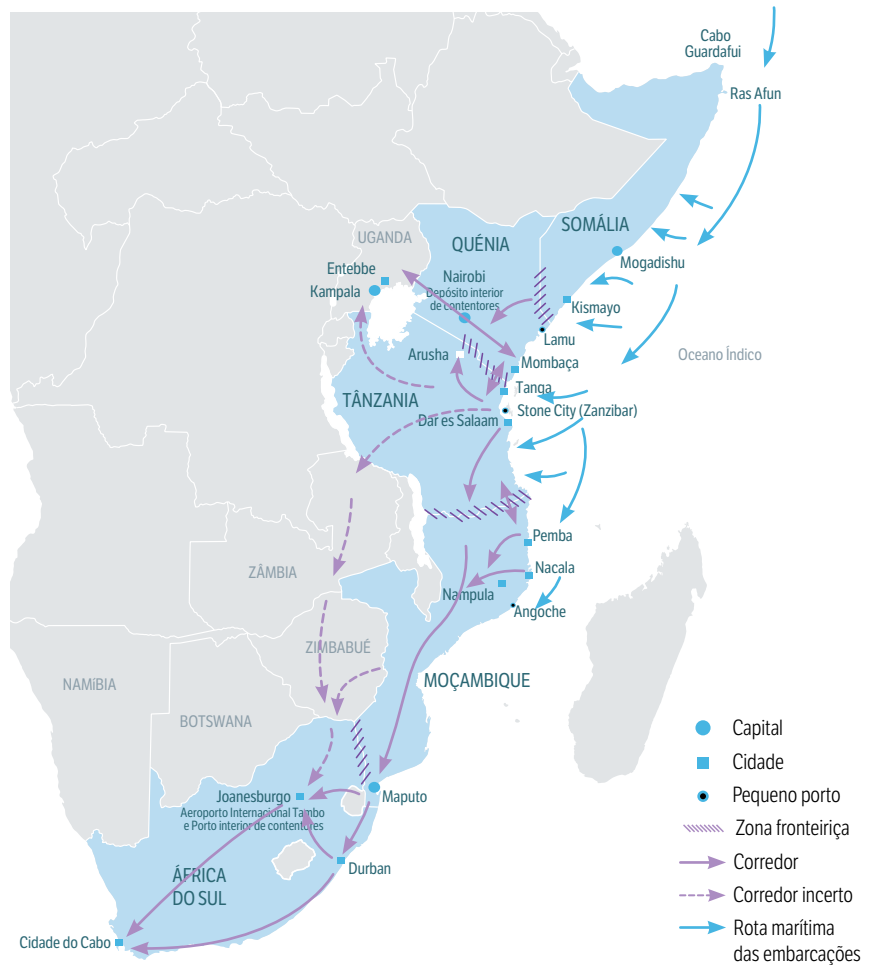
Em Moçambique, o tráfico deixará todos os anos vários milhões de dólares (valor real dificilmente calculável), que enriquecem traficantes locais, compram cumplicidades a todos os níveis e explicam, em parte, o aumento do enriquecimento ilícito e da corrupção no país. A partir de meados dos anos 1990, Pemba, a capital de Cabo Delgado, era porto de eleição dos traficantes. Desde o início da violência e da guerra, o tráfico começou a ser desviado para portos nas províncias mais a sul. Ou seja, longe de ser razão para a guerra, esta é, na realidade, um empecilho para os traficantes.

Jogos geopolíticos regionais e alianças voláteis

Na RDC, a continuação das ações dos banyarwanda do M23 (apoiados por Kigali) no nordeste do país, levou o Governo congolês, em dezembro de 2023, a pôr termo à Força Regional da Comunidade

FIGURA 3. AS ROTAS DE HEROÍNA E METANFETAMINAS NA COSTA DO ÍNDICO

Fonte: Haysom, S.; Gastrow, P; Shaw, M. (2018). The heroin coast: A political economy along the eastern African seaboard. ENACT. <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2018/07/2018-06-27-research-paper-heroin-coast-pdf.pdf>



da África Oriental (EACRF) destacada no Kivu há dois anos, composta por forças do Burundi, Quênia, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda, tendo igualmente posto termo à missão das Nações Unidas, a MONUSCO. Nos dois casos, por alegada ineficácia. Em seu lugar, Kinshasa pediu ajuda à SADC que, a partir do início de 2024, criou uma Missão (SAMIDRC), composta por forças da África do Sul, do Malawi e da Tanzânia (o Burundi manteve o apoio militar a Kinshasa ao abrigo de um acordo bilateral). Entretanto, dado o recente agravamento da situação militar, o governo da RDC solicitou e as Nações Unidas concordaram que as capacidades remanescentes da MONUSCO dariam apoio à SAMIDRC. A situação ficou mais complexa no início de 2025, quando Kinshasa declarou o estado de guerra com Kigali – pouco depois o M23 recapturou Goma, capital da província do Kivu Norte e começou a avançar para o Kivu Sul.

O envolvimento militar da África do Sul ao lado do governo da RDC contra forças apoiadas por Kigali, segue-se à sua saída de Moçambique, onde operava do

mesmo lado do Ruanda. A Tanzânia tem hoje envolvimento militar na SAMIDRC e em Cabo Delgado. Tal como a África do Sul, acaba por ser adversário do Ruanda na RDC e aliado no caso de Moçambique (embora não operando conjuntamente). Este cenário regional influencia a situação em Moçambique, não só porque o agravamento da situação militar na RDC poderá afetar o nível do envolvimento militar do Ruanda em Moçambique, mas também pela possibilidade de se repetir a experiência de 2019, quando Cabo Delgado se tornou destino de escape de combatentes provenientes da RDC. Dado o contexto regional, a Tanzânia será, porventura, o vizinho mais relevante para Moçambique em termos de segurança, mesmo que atualmente não o seja. Não só pela extensão da fronteira, mas por ter também uma costa com reservas de gás natural abundantes, estando objetivamente interessado em se tornar destino de investimentos de multinacionais – acabando por beneficiar de atrasos no arranque das explorações da TOTAL Energies e

da ExxonMobil. Porém, como a Tanzânia não está interessada na expansão de movimentos extremistas violentos perto das suas fronteiras (uma vez que tem sido alvo de ações terroristas desde 2012), o país mantém contingentes militares em Cabo Delgado para conter essa ameaça.

O Ruanda é o mais importante parceiro militar de Moçambique na luta contra o terrorismo e considera estratégica a luta contra agrupamentos do Daesh/ISIS, dada a proximidade de focos de ação terrorista em países vizinhos (Uganda e RDC). O envolvimento do Ruanda em Cabo Delgado é financiado pela UE – e pela TOTALEnergies que, recentemente, contratou uma empresa de segurança ruandesa para proteção dos seus interesses na zona de Afungi. Contudo, preocupações ciclicamente manifestadas por analistas de uma secessão ou controlo da Província por aquele país, são irrealistas – o Ruanda está envolvido em vários teatros de operações (incluindo na República Centro-Africana) e a Tanzânia é hostil a tal hipótese.

A África do Sul é o parceiro económico mais importante da região, em termos de exportações e investimentos, bem como de compras de energia. No entanto, desde a desastrosa intervenção militar de apoio ao governo do Lesoto no final dos anos 1990, a África do Sul perdeu o seu prestígio militar na região. A sua ineficácia na SAMIM em Cabo Delgado foi também demasiado evidente. O país é, pois, visto pelos vizinhos como gigante económico e anão político. Ademais, a África do Sul tem fortes problemas internos – não só legados do *apartheid*. Este facto não obsta a que o regime se afirme como potência regional, sendo sempre um ator a ter em conta. Na verdade, no caso moçambicano, em resultado de perturbações e destruições ocorridas desde outubro de 2024, na sequência das contestadas eleições no país e do interesse do governo sul-africano em proteger os corredores ferro-rodoviários de ligação a Maputo, a cooperação militar foi reforçada entre ambos os governos, com forças militares sul-africanas a reforçar a região fronteiriça.

Porque Cabo Delgado se situa à entrada do Canal de Moçambique, a guerra ganhou em notoriedade geopolítica – apesar do tráfego marítimo utilizar principalmente a rota a leste de Madagáscar. Nos últimos anos, pela rota do Cabo tem passado cerca de 30% do tráfego mundial de combustíveis e contentores (navios de maior cala-

do) a que cresceu nos últimos tempos tráfego desviado da rota do mar vermelho por razões de segurança. Acresce que ao redor de 50% do comércio externo da SADC, sobretudo da África do Sul, usa a rota do Índico. A importância do Canal e da Rota do Cabo tem contribuído para manter Moçambique nos holofotes internacionais, dada a importância de preservar a segurança de navegação – e para a melhor concretização de investimentos não só no gás, mas também nas cada vez mais conhecidas e cobiçadas riquezas minerais do país. Fora da região, apesar de ser a potência com maior capacidade militar, a França tem tido papel menos preponderante, dada a excessiva exposição noutras áreas em África e os problemas e traumas causados pelo descalabro da “Françafrique”. Mas são francesas as ilhas Mayotte (base militar), Preciosas, João da Nova, Bassas da Índia e Europa e, a leste de Madagáscar, Reunião (base naval). Para além da presença da TOTALEnergies que, embora privada, ostenta a “bandeira” francesa. Das grandes potências, França será, porventura, a mais interessada... embora ausente.

A natureza da guerra

Existem vários problemas e conflitos em Moçambique, por vezes violentos. O mais atual e visível decorre dos resultados das eleições de outubro de 2024, exaustivamente manipulados, tendo por consequência uma crise política ainda não resolvida e o agravar do divórcio entre o regime e a população.

Há falta de emprego ou de oportunidades de negócio para os jovens. Anualmente, cerca de 350.000 atingem quinze anos, com poucas hipóteses ou expectativas de um futuro melhor, o que leva à frustração e aumenta as hipóteses de jovens procurarem ganhar a vida... por vezes com a ajuda de uma *kalashnikov*...

O nível de vida da população estagnou. Esta realidade contrasta com a ostentação de riqueza por parte de elites políticas e empresariais – e de “amigos” e familiares. As políticas públicas de inclusão e redistribuição da riqueza são escassas, ineficazes e muitas vezes ficam apenas no papel ou nos discursos oficiais.

Moçambique não tem sido, pois, exemplo de boa governação. Meios de comunicação social, membros de organizações não-governamentais, investigadores nacionais e estrangeiros, doadores, têm destacado o aumento da corrupção e do nepotismo,

bem como a predação de bens públicos, abusos de poder, usurpação de terras, deslocação forçada da população.

Porém, estes problemas existem em todo o país, não só em Cabo Delgado. Não são suficientes para explicar porque há guerra numa parte e não noutras de Moçambique. Assim, coloca-se a questão: afinal qual a natureza da guerra em Cabo Delgado?

Primeiro, não é uma guerra civil. O conflito não opõe religiões, grupos étnicos/nacionais ou regionais. A maioria das vítimas dos autoproclamados *jihadistas* é muçulmana. Segundo, não é uma guerra de insurreição. Não há uma rebelião armada contra o poder, as ações são contra pessoas e bens.

Terceiro, não eclodiu devido a descobertas de gás, mas o gás deu-lhe visibilidade. Aliás, a paragem/retoma dos projetos de exploração dependem menos da guerra e mais da procura mundial de combustíveis.

Quarto, a guerra não resulta do tráfico de drogas. Os narcotraficantes valorizam a opacidade e a mera hipótese de os combatentes cobrarem taxas aos traficantes deslocou tráfico para outros portos mais a sul, fora do perímetro da guerra.

Afinal, que guerra é esta? A ideologia dos mashababos assenta em preceitos religiosos sectários e violentos, práticas estranhas ao país. O EIM e os grupos que declaram obediência ao Daesh/ISIS (ou à Al Qaeda) são considerados não-islâmicos pela esmagadora maioria dos fiéis em Moçambique e no mundo. Esta é, pois, uma guerra contra o Estado, contra as tradições culturais locais, contra a população, particularmente os muçulmanos. Os mashababos, moçambicanos ou não, são uma organização extremista violenta que usa o terrorismo como *modus operandi*.

A guerra não nega a existência de outros conflitos, alguns deles anteriores, maioritariamente causados por uma prolongada má governação e por razões que derivam do subdesenvolvimento e das más condições de vida da população, cujo crescimento demográfico tem sido paralelo à concentração de riqueza e rendimento nas mãos de elites predadoras. ●

Referências

- Morier-Genoud, Eric (2021). A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início. *Cadernos IESE* N.º 21, Maputo.
- Habibe, Saide; Forquilha, Salvador; Pereira, João (2021). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocimboa da Praia. *Cadernos IESE* N.º 17, Maputo.
- Feijó, João (2021). Conflito e Desenvolvimento em Cabo Delgado. Escolar Editora, Lisboa.
- ACLEDD (s.d.). Cabo Ligado, diversos números, in <https://acleddata.com/?s=cabo-ligado>